

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Brasília*

Class.: *Amaz./ Militares*

Data: *13 de fevereiro de 1992*

Pg.: *61*

Governo desconhece as terras que possui

190 José Seabra

Todos os órgãos da administração pública direta e indireta, inclusive os ministérios militares, deverão encaminhar ao Ministério da Agricultura, até o dia 30 de julho próximo, um relatório completo sobre as terras em seu poder, em que fiquem indetificados, por exemplo, extensão e localização.

Esses dados serão empregados na composição de um cadastro geral das terras da União. As áreas subutilizadas ou não justificadas irão para o programa Terra Brasil, que prevê o assentamento em projetos de reforma agrária, até 1994, de 400 mil famílias.

Obrigatoriedade

A decisão para o cadastramento foi tomada em recente reunião do ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, com o presidente Fernando Collor, quando ficou decidido que o Presidente da República assinará decreto obrigando todos os órgãos a prestar as informações.

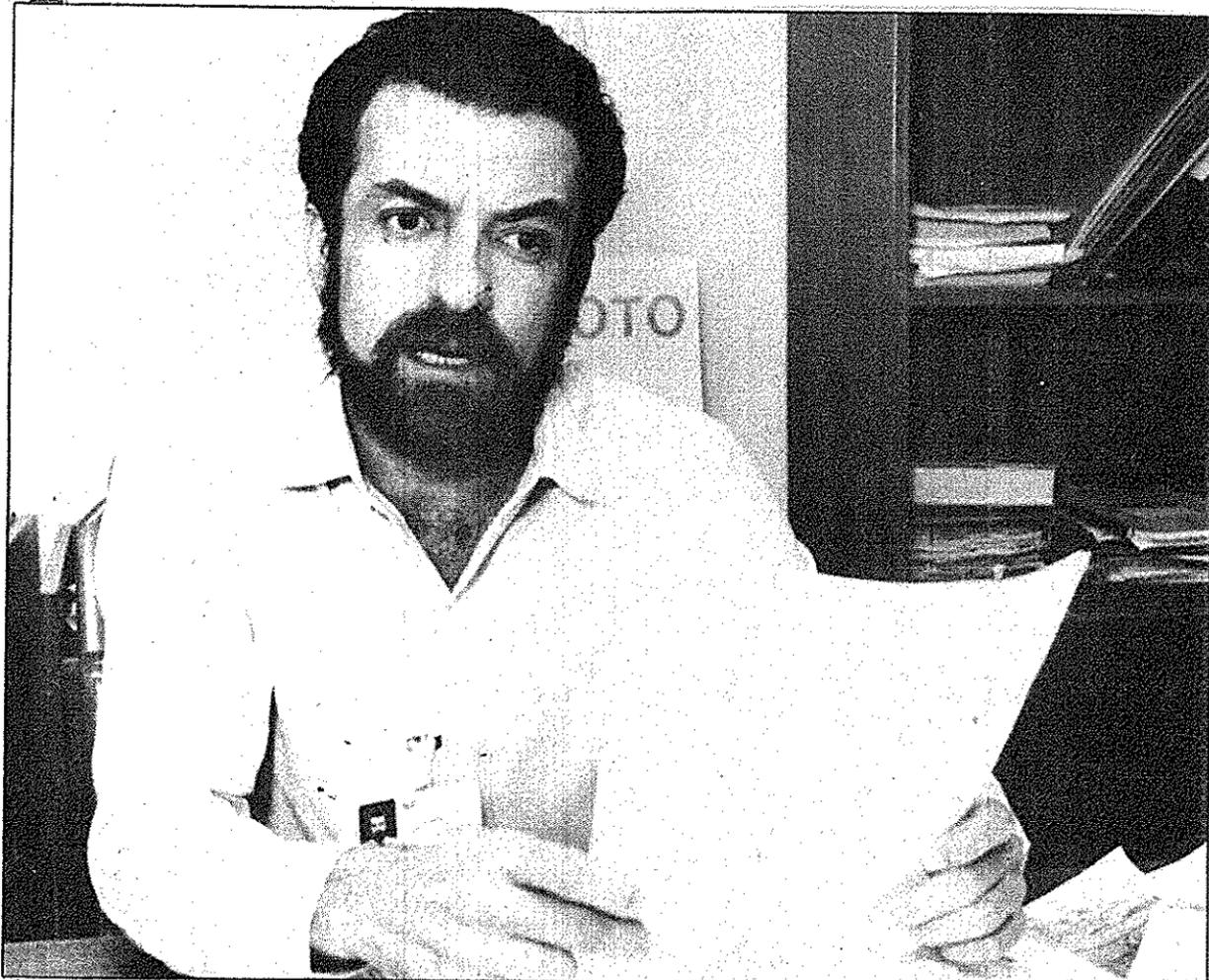
O governo, segundo o diretor de Cadastro de Terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Eduardo Henrique Freire, não dispõe de dados precisos sobre o assunto. Na última vez em que se tentou fazer o levantamento, no início do governo Sarney, apenas o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil, a Cibrasem (extinta) e o IBDF (também extinto) atenderam à determinação presidencial. A minuta do decreto já está com Cabrera, que

deve levá-la a Collor em um dos seus próximos despachos.

Atualmente, de acordo com Eduardo Freire, o Incra só conta com um cadastro desatualizado de imóveis rurais, não contemplando necessariamente as terras públicas. Ele insiste na necessidade de um levantamento completo, pois a reforma agrária preconizada pelo governo Collor, na sua avaliação, só terá sucesso se for baseada em uma radiografia fundiária do País. "Queremos saber, por exemplo — disse — se a terra pública está sendo bem utilizada. Caso contrário, a área poderá eventualmente ser destinada para fins de reforma agrária". Freire lembrou que na minuta do decreto consta a data máxima em que os órgãos deverão indicar, obrigatoriamente, o volume de terras em seu poder — 30 de julho de 1992.

Multinacionais

Paralelamente a esse cadastro das terras da União, o Incra começa a esboçar os estudos para recadastrar as terras de propriedade privada. O último levantamento, afirma Eduardo Freire, foi feito em 1978, apesar de a legislação (Estatuto da Terra) determinar um recadastramento a cada 5 anos. Para obter um trabalho completo o instituto encaminhará formulários às 4 milhões 950 mil propriedades rurais existentes no País. O documento começará a ser distribuído no dia 1º de junho e visará, além de fazendeiros, os grandes grupos multinacionais e a Igreja.



Segundo Eduardo Freire, com o novo cadastro o Incra terá como fazer reforma agrária completa

Exército tem vastas áreas

O Ministério do Exército admitiu ontem que tem sob "sua administração" cerca de 10 milhões de hectares, distribuídos principalmente na região Amazônica. Um assessor do ministro Carlos Tinoco ressaltou, porém, que "não são terras para gozo e uso dos militares" mas sim "para a formação, no futuro, de campos de treinamento". Esse assessor também procurou esclarecer que as terras "não são propriedades do Exército, pois pertencem à União. É só verificar no Serviço de Patrimônio da União, que está lá; nós somos apenas uma espécie de fiel depositário".

A declaração foi feita a propósito da denúncia do padre italiano Angelo Pansa, integrante do Tribunal Internacional dos Povos e militante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), segundo o qual os militares detêm na Amazônia 10,1 milhões de hectares. "As áreas existem, embora estejam reservadas para a formação de campos de treinamento em um futuro longínquo, lá para o ano 2.050, 2.100", afirmou o assessor do ministro Carlos Tinoco.

Ironia

Ele justifica a preocupação do Exército em manter essas áreas lembrando que na Europa, apenas a Alemanha tem campos de treinamento militar em boas condições de uso: "Lá ninguém se preocupou com o futuro e agora muitos países

alugam os campos de treinamento alemães", disse.

O assessor do ministro Tinoco não soube precisar o número exato de terras "administradas" pelo Exército, mas admitiu que deve girar "pela casa dos 10 milhões de hectares". Ele foi irônico quando soube da disposição governamental de exigir um levantamento completo dessas áreas: "Não é preciso um decreto para isso. Basta ir ao Serviço de Patrimônio da União que lá eles têm (ou devem) ter todos os dados. Pelo menos aqui, na nossa Diretoria de Patrimônio, os dados reais serão fáceis de levantar".

Recusa

Em 1985, quando o então presidente José Sarney determinou que essas informações fossem prestadas, não só o Exército, como também a Marinha e a Aeronáutica, não atenderam a determinação do decreto presidencial. Os dados seriam utilizados na época para a formulação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Inconformado com o silêncio dos militares, o primeiro ministro da Reforma Agrária de Sarney, Nelson Ribeiro, preferiu pedir demissão. O PNRA previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias. Ao final do governo Sarney, tinham sido assentadas pouco mais de 100 mil. (J.S.)